



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

Processo n.º: 00600-00003333/2020-74-e

Apenso n.º: 00600-00005902/2021-05-e¹

Origem: Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF

Assunto: Concessão comum

Ementa: Procedimentos preparatórios com vista à outorga de concessão comum para a implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal. Ingresso de peticionamento formulado pela empresa TecGold Sistemas Eireli. Decisão n.º 4126/2020: conhecimento da documentação encaminhada pela Semob/DF e da petição da empresa TecGold Sistemas Eireli; autorizou a utilização das considerações colacionadas pela referida empresa como subsídio à análise a ser empreendida pela Unidade Técnica nos termos do art. 4º, I, da Resolução TCDF nº 290/2016; retorno dos autos à Segem/TCDF, para as providências pertinentes. Juntada de expediente oriundo do MPDFT dando ciência da instituição da Rede de Promoção da Mobilidade Sustentável e do Transporte Coletivo do Distrito Federal – Rede Urbanidade. Pedido de cópia integral dos autos formulado pelo Conselho Comunitário da Asa Norte. Despacho Singular n.º 113/2021 – GCMA: deferimento do pleito. Exame relativo ao Primeiro Estágio de análise da documentação objeto do certame, consoante disposições da Resolução TCDF nº 290/2016. Manifestação da unidade instrutiva (Informação n.º 52/2021 – DIGEM3). Despacho Singular n.º 159/2021 – GCMA: encaminhamento de cópia da Informação n.º 52/2021 – DIGEM3 à Semob/DF, para manifestação acerca das impropriedades apontadas. Manifestação da Pasta. Análise do órgão instrutivo (Informação n.º 84/2021 – DIGEM3). Decisão n.º 3.473/2021: conhecimento da documentação carreada ao feito; determinação à Semob/DF para que condicione a abertura dos procedimentos licitatórios da concessão do serviço público de estacionamento de veículos automotores de passageiros ou cargas, em logradouros públicos e em áreas pertencentes ao Distrito Federal, à expedição de regulamentação própria, em complementação às disposições da LC nº 692/2004; envio de cópia da Informação n.º 84/2021 – DIGEM3, do Papel de Trabalho nº 14 – Análise do Orçamento dos Estacionamentos e da Decisão à Semob/DF, para que se manifeste, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das impropriedades referenciadas na instrução, procedendo, se for ao caso, aos devidos ajustes pertinentes; e retorno dos autos à Segem/TCDF, para as providências de sua alçada. Manifestação da Semob/DF. Nota de Inspeção n.º 01/2021. Envio de novos documentos pela jurisdicionada. **Nesta fase:** análise da documentação encaminhada pela Pasta. Unidade instrutiva (Informação n.º 18/2022 – DIGEM3) propõe: tomar conhecimento da documentação juntada aos autos; considerar satisfatórios os esclarecimentos relativos aos apontamentos contidos na Informação n.º 84/2021 – DIGEM3, alertar a Semob/DF que, previamente ao lançamento do Edital, faz-se necessário, (a) ultimar a edição do Decreto regulamentar dos serviços de estacionamento público rotativo pago no Distrito Federal, de modo a possibilitar a publicação do Edital de referência, a teor do item II da Decisão n.º 3.473/2021, e (b) corrigir a fórmula referente à apuração do Valor

¹ O Processo n.º 00600-00005902/2021-05-e foi apensado ao presente feito em atenção à determinação constante do item II da Decisão n.º 3.600/2022, reiterada pelo item “V-a” da Decisão n.º 1.033/2023.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

Presente Líquido (VPL) na aba “Fluxo de Caixa” da Planilha de Modelagem Econômico-Financeira, com a sintaxe “=VPL(C43;E37:X37)+D37”, assegurando-se que o VPL seja igual a 0 (zero) (conforme parágrafos 99/100 desta Informação); recomendar à Semob/DF que, nas próximas concessões, adote, como regra, a previsão legal para inversão das fases de habilitação e julgamento, nos termos previstos no art. 18- A da Lei n.º 8.987/1995, justificando tecnicamente a não adoção do procedimento; e autorizar o retorno dos autos à Segem/TCDF, para as providências de sua alçada. Divergência de um dos auditores da equipe de inspeção acerca das novidades trazidas pelo novo Anexo VII da minuta de Edital do projeto Zona Verde, relativo ao mecanismo de repartição de riscos, nos termos da Informação n.º 19/2022-DIGEM3, pugnando pela manifestação da Semob/DF sobre as questões levantadas. Cota complementar do Diretor da 3ª Digem/TCDF, em harmonia com a Informação n.º 18/2022 – DIGEM3, com pequeno ajuste, no sentido de determinar (em vez de recomendar) à Semob/DF que, como condicionante para publicação do Edital, proceda à alteração da minuta de edital assegurando a inversão de fases da licitação. Titular da Segem/TCDF aquiesce às sugestões do Diretor da 3ª Digem/TCDF. Ingresso de expediente formulado pelo Conselho Comunitário da Asa Norte, requerendo sua habilitação para realização de sustentação oral, bem como cópia integral dos autos. Despacho Singular n.º 113/2022 – GCMA: deferimento do fornecimento de cópia integral dos autos ao Conselho Comunitário da Asa Norte. Ingresso de peticionamento formulado pelo Sindicato dos Servidores das Carreiras que Compõem os Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito do Distrito Federal – SINDETRAN/DF solicitando cópia integral do processo. Despacho Singular n.º 87/2023 – GCMA: deferimento do pedido formulado pelo Sindetran/DF. Prolação da Decisão n.º 1033/2023, no bojo do Processo n.º 00600-00005902/2021-05-e, dando provimento ao Pedido de Reexame interposto pela Semob/DF, por intermédio da PGDF, em face da Decisão n.º 3.600/2022, passando a considerar improcedente *“a representação apresentada pelo Conselho Comunitário da Asa Norte em face do Projeto de concessão denominado ‘Zona Verde’, visando à concessão de estacionamentos públicos em áreas localizadas no Plano Piloto e nas imediações de estações do Metrô/DF”*. Apensamento do Processo n.º 00600-00003333/2020-74 ao presente feito. Peticionamento formulado pelo Sindetran/DF contendo pedido de habilitação/ingresso como terceiro interessado e a apresentação de documentos, nos termos do § 4º do art. 119 da Resolução n.º 296/2016. VOTO em harmonia com a Informação n.º 19/2022-DIGEM3, com o ajuste proposto pelo Diretor da 3ª Digem/TCDF quanto à necessidade de se garantir a inversão de fases da licitação. Decisão n.º 1.931/2023: pedido de vista dos autos. VOTO DE VISTA divergente, no sentido de alertar o n. Relator quanto à necessidade de, preliminarmente ao exame da matéria, deliberar acerca dos peticionamentos formulados pelo Conselho Comunitário da Asa Norte (peça 112) e pelo Sindetran/DF (peça 124), sob pena de nulidade processual, bem como dar ciência da publicação do Decreto Distrital n.º 4.391/2022, podendo-se verificar os impactos advindos do aludido decreto na presente concessão comum, bem como se a referida norma regulamenta, em sua totalidade, a matéria prevista da Lei Complementar Distrital n.º 692/2004 ou se há necessidade de edição de norma complementar como condicionante para publicação do edital de referência.

Relator original: Conselheiro Manoel de Andrade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

VOTO DE VISTA

Tratam os autos do acompanhamento dos procedimentos preparatórios com vista à outorga de concessão comum para a implantação, exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal (denominado Projeto Zona Verde), em consonância com as disposições da Resolução TCDF n.º 290/2016.

Por meio do Ofício n.º 973/2020 (e-DOC 8EEE0156-c), a Semob/DF comunicou ao Tribunal a previsão de abertura de audiência e consulta públicas referentes à aludida concessão. A consulta pública ocorreu no período de 01 de julho a 14 de agosto de 2020, ao passo que a audiência pública foi realizada em 31.07.2020.

Mediante expediente denominado “Manifestação de contribuição” (e-DOC 42BADEDE-c), a empresa TecGold Sistemas Eireli, mediante representação legal, trouxe ao conhecimento do Tribunal uma série de pontos que mereceriam análise.

Na Sessão Ordinária n.º 5.227, de 23.09.2020, o Tribunal exarou a **Decisão n.º 4.126/2020** (e-DOC 6ED67DCB-e), com o seguinte teor:

“I – conhecer: a) da Informação nº 85/2020 – DIGEM3; b) do Ofício nº 973/2020-SEMOB/GAB e demais documentos remetidos pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal; c) da petição da empresa TecGold Sistemas Eireli; II – autorizar a utilização das considerações colacionadas pela empresa TecGold Sistemas Eireli como subsídio à análise a ser empreendida pela Unidade Técnica nos termos do art. 4º, I, da Resolução TCDF nº 290/2016; III – restituir os autos à Segem, para as providências pertinentes.” (sublinhei)

Em 11.03.2021, a Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT encaminhou o Ofício n.º 239/2021– 1ª PROURB, dando ciência da instituição da Rede de Promoção da Mobilidade Sustentável e do Transporte Coletivo do Distrito Federal – Rede Urbanidade, *“cujo objetivo principal é a criação de espaço democrático de articulação, discussão e busca de soluções compartilhadas para as questões relacionadas à mobilidade urbana, na perspectiva do desenvolvimento sustentável”*.

No dia 12.03.2021, o Conselho Comunitário da Asa Norte requereu cópia integral dos autos. Mediante o **Despacho Singular n.º 113/2021 – GCMA** (e-DOC 11B8F506-e), de 16.03.2021, o pleito foi deferido.

A unidade instrutiva, mediante a Informação n.º 52/2021 – DIGEM3 (e-DOC 78AABBE0-e), promoveu o exame relativo ao Primeiro Estágio de acompanhamento do certame, consoante disposições da Resolução TCDF n.º 290/2016.

Por meio do **Despacho Singular n.º 159/2021 – GCMA** (e-DOC 4857C3AD-e), de 12.05.2021, o Relator do feito, i. Conselheiro Manoel de Andrade, ao tomar conhecimento da documentação carreada aos autos, autorizou, *“com supedâneo nos arts. 3º e 15 da Resolução TCDF nº 290/2016 c/c art. 123 do Regimento Interno desta Corte”*,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

“o envio de cópia da Informação nº 52/2021 – DIGEM3 e deste Despacho Singular à SEMOB/DF para que se manifeste, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das impropriedades referenciadas nos parágrafos 109 a 111 da Informação nº 52/2021 – DIGEM3, procedendo, se for o caso, aos devidos ajustes pertinentes no Edital e Anexos correspondentes do certame licitatório afeto ao denominado Projeto Zona Verde, cujo objeto é a implantação, exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal” (negritei).

Em resposta ao DS 159/2021 – GCMA, a Semob/DF encaminhou o Ofício n.º 1651/2021 – SEMOB/GAB, bem como a nova Minuta de Edital e correspondentes Anexos de I a IV (versão junho/2021).

Após exame da matéria pelo corpo instrutivo, nos termos da Informação n.º 84/2021 – DIGEM3 (e-DOC 4037C32F-e), o Plenário exarou a **Decisão n.º 3.473/2021** (e-DOC A29A9B40-e), de 15.09.2021, nos seguintes termos:

*“I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 84/2021-DIGEM3; b) do Ofício nº 1651/2021 – SEMOB/GAB, bem como da nova Minuta de Edital e correspondentes Anexos de I a IV (versão junho/2021) e demais documentos associados aos autos (PTs 09 a 14); II – **determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal que condicione a abertura dos procedimentos licitatórios da concessão do serviço público de estacionamento de veículos automotores de passageiros ou cargas, em logradouros públicos e em áreas pertencentes ao Distrito Federal, à expedição de regulamentação própria, em complementação às disposições da LC nº 692/2004;** III – autorizar: a) o envio de cópia da Instrução nº 84/2021 – DIGEM3, do Papel de Trabalho nº 14 – Análise do Orçamento dos Estacionamentos (associados aos autos) e deste Decisum à Semob/DF para que se manifeste, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das impropriedades referenciadas, em especial, nos parágrafos 19, 23, 34, 38, 40, 43, 50, 54, 56, 58, 62, 72, 91, 93, 101, 107, 112, 113, 116, e 126 a 129 da citada Instrução, procedendo, se for o caso, aos devidos ajustes pertinentes no Edital e Anexos correspondentes do certame licitatório da concessão em exame; b) o retorno dos autos à SEGEM, para as providências de sua alçada.” (grifei)*

Em atendimento à Decisão n.º 3.473/2021, a Pasta de Estado encaminhou a documentação² que julgou pertinente.

Tendo em conta a necessidade de obtenção de informações complementares, o corpo instrutivo expediu a Nota de Inspeção n.º 01/2021 (e-DOC 399D5FE3-c). A Semob/DF, então, encaminhou novos documentos ao Tribunal.

A unidade instrutiva, por intermédio da **Informação n.º 18/2022 – DIGEM3** (e-DOC 6316A62A-e), de 09.03.2022, após examinar a documentação

² Em especial, os Ofícios nºs 2603/2021 e 185/2022 – SEMOB/GAB (peça 51, p. 1711; e peça 105, nessa ordem); os Relatórios SEI-GDF nº 3, 4 e 5/2021 – SEMOB/GAB/CTZV (peças 88, 96 e 101, nessa ordem); e Relatório SEI-GDF nº 1/2022 – SEMOB/GAB/CTZV (peça 106).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

encaminhada pela Pasta em atenção à Decisão n.º 3.473/2021 e à Nota de Inspeção n.º 01/2021, sugeriu ao eg. Plenário:

- I. tomar conhecimento:*
 - a) dos Ofícios de nºs 2603/2021 e 185/2022 – SEMOB/GAB (peça 51, p. 1711; e peça 105, nessa ordem);*
 - b) dos Relatórios SEI-GDF nº 3, 4 e 5/2021 - SEMOB/GAB/CTZV (peças 88, 96 e 101, nessa ordem), bem assim do Relatório SEI-GDF nº 1/2022 - SEMOB/GAB/CTZV (peça 106);*
 - c) da presente Informação;*
- II. considerar satisfatórios os esclarecimentos relativos aos apontamentos contidos na Informação nº 84/2021 – DIGEM3,*
- III. alertar a Semob que, previamente ao lançamento do Edital, faz-se necessário:*
 - a) ultimar a edição do Decreto regulamentar dos serviços de estacionamento público rotativo pago no Distrito Federal, de modo a possibilitar a publicação do Edital de referência, a teor do item II da Decisão nº 3.473/2021;*
 - b) corrigir a fórmula referente à apuração do Valor Presente Líquido (VPL) na aba “Fluxo de Caixa” da Planilha de Modelagem Econômico-Financeira, com a sintaxe “=VPL(C43;E37:X37)+D37”, assegurando-se que o VPL seja igual a 0 (zero) (conforme parágrafos 99/100 desta Informação);*
- IV. recomendar à SEMOB que nas próximas concessões, adote, como regra, a previsão legal para inversão das fases de habilitação e julgamento, nos termos previstos no art. 18- A da Lei nº 8.987/95, justificando tecnicamente a não adoção do procedimento;*
- V. autorizar o retorno dos autos à SEGEM, para as providências de sua alçada.”*

Em razão da divergência de um dos auditores da equipe de inspeção acerca das novidades trazidas pelo novo Anexo VII da minuta de Edital do projeto Zona Verde, relativo ao mecanismo de repartição de riscos, foi elaborada a **Informação n.º 19/2022-DIGEM3** (e-DOC B4BB4B20-e), de 09.03.2022. A novel instrução propôs ao eg. Plenário, em acréscimo às sugestões constantes da Informação n.º 18/2022-DIGEM3, o seguinte:

“tendo em consideração as novidades trazidas pelo novo Anexo VII da minuta de Edital do projeto Zona Verde, instar a SEMOB/DF para que se pronuncie sobre as questões levantadas pela presente Informação, mormente seus parágrafos 12, 14, 15, 17 e 22;”

O Diretor da 3ª Digem/TCDF, mediante cota complementar (e-DOC 01CFC389-e), de 09.03.2022, manifestou-se em harmonia com a Informação n.º 18/2022 – DIGEM3, com pequeno ajuste, no sentido de determinar (em vez de recomendar) à Semob/DF que, como condicionante para publicação do Edital, proceda à alteração da minuta de edital assegurando a inversão de fases da licitação, nestes termos:

- I. tomar conhecimento:*
 - a) dos Ofícios de nºs 2603/2021 e 185/2022 – SEMOB/GAB (peça 51, p. 1711; e peça 105, nessa ordem);*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

- b) dos Relatórios SEI-GDF nº 3, 4 e 5/2021 - SEMOB/GAB/CTZV (peças 88, 96 e 101, nessa ordem), bem assim do Relatório SEI-GDF nº 1/2022 - SEMOB/GAB/CTZV (peça 106);
- c) das Informações nº 18 e 19/2022 – DIGEM3 (peças 107 e 108, respectivamente);
- d) deste Despacho Complementar;
- II. considerar satisfatórios os esclarecimentos relativos aos apontamentos contidos na Informação nº 84/2021 – DIGEM3,
- III. determinar à SEMOB que, previamente ao lançamento do Edital:
 - a) ultime a edição do Decreto regulamentar dos serviços de estacionamento público rotativo pago no Distrito Federal, de modo a possibilitar a publicação do Edital de referência, a teor do item II da Decisão nº 3.473/2021;
 - b) adote na presente licitação, como regra, a previsão legal para inversão das fases de habilitação e julgamento, nos termos previstos no art. 18-A da Lei nº 8.987/95;
 - c) corrija a fórmula referente à apuração do Valor Presente Líquido (VPL) na aba “Fluxo de Caixa” da Planilha de Modelagem Econômico-Financeira, com a sintaxe “=VPL(C43;E37:X37)+D37”, assegurando que o VPL seja igual a 0 (zero) (conforme parágrafos 99/100 da Informação nº 18/2022 – DIGEM3);
- IV. Autorizar
 - a) o prosseguimento do certame, condicionado ao cumprimento do item III;
 - b) a ciência desta Informação, do Relatório/Voto do Relator e da Decisão à SEMOB;
 - c) o retorno dos autos à SEGEM para fins de arquivamento.”

O titular da Segem/TCDF aquiesceu (e-DOC 4429FADA-e) às sugestões do Diretor da 3ª Digem/TCDF.

No dia 22.03.2022, o Conselho Comunitário da Asa Norte requereu (e-DOC D63475AC-c, peça 112) sua “*habilitação para sustentação oral na sessão de julgamento da representação promovida em face da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal*”, bem como “*cópia integral do processo 3333/2020-e*”.

Por meio do **Despacho Singular nº 113/2022 – GCMA** (e-DOC 70419772-e), de 13.04.2022, o Relator do feito apenas deferiu, “*com fulcro no art. 131 do Regimento Interno desta Corte de Contas, o fornecimento de cópia integral dos autos, conforme requerido pelo Conselho Comunitário da Asa Norte*”, deixando de deliberar acerca do pedido de habilitação do referido Conselho para realização de sustentação oral.

No dia 19.10.2022, o Plenário desta Casa, no bojo do Processo n.º 00600-00005902/2021-05-e³, por meio da **Decisão nº 4.402/2022** (e-DOC 092EC730-e), ao tomar conhecimento do Pedido de Reexame interposto pela Semob/DF, por intermédio da PGDF, em face da Decisão n.º 3.600/2022, determinou

³ Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Conselho Comunitário da Asa Norte contra o Projeto de Concessão “Zona Verde”, executado pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, cujo objeto é a concessão de serviços públicos de implantação, fiscalização e operação de estacionamentos rotativos em áreas localizadas no Plano Piloto e nas imediações de estações da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

*“à Segem/TCDF que providencie a juntada de cópia desta decisão ao Processo n.º 00600-00003333/2020-74, com a ressalva de que **eventual deliberação naqueles autos** relacionada à **autorização para deflagração de Edital com vistas à outorga de concessão para a “implantação, exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal (denominado Projeto Zona Verde)”** **está condicionada ao exame de mérito do Pedido de Reexame em apreço**” (destaquei).*

Em 08.03.2023, o Sindicato dos Servidores das Carreiras que Compõem os Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito do Distrito Federal – SINDETRAN/DF solicitou (e-DOC 5650A9C2-e, peça 118, e anexos⁴) cópia integral do processo, *“tendo em vista que o objeto do presente processo é de interesse da entidade”*. Nos termos do **Despacho Singular n.º 87/2023 – GCMA** (e-DOC 52C5FADE-e), de 13.03.2023, o pedido pelo Sindicato foi deferido.

No dia 10.03.2023, o Sindetran/DF, por meio de representante legal, ingressou os peticionamentos constantes dos e-DOCs 9223C600-e e F661EC76-e (peças 124/125, respectivamente), com os seguintes pleitos:

- “a) Que seja recebida a presente **habilitação**, na forma do art. 119, § 1º da Resolução nº 296/2016;*
- b) Que seja facultado a parte postulante, nos termos do § 4º, do art. 119, da Resolução nº 296/2016, a **apresentação de documentos e se o caso o aditamento de suas razões**;*
- c) Que seja **fornecida/disponibilizada a cópia integral do processo** 00600-00005902/2021-05-e a parte interessada, nos termos do art. 129, art. 131, da Resolução nº 296/2016;*
- d) Que as intimações e publicações sejam feitas, consoante o disposto no art. 118, § 4º, da Resolução nº 296/2016, em nome do Dr. ULISSES RIEDEL DE RESENDE, inscrito nos quadros da OAB/DF sob o nº 968.” (negritei)*

Em 15.03.2023, novamente no curso do Processo n.º 00600-00005902/2021-05-e, esta Corte de Contas exarou a **Decisão n.º 1033/2023** (e-DOC 3EB1F2ED-c), reproduzida a seguir:

*“I – tomar conhecimento: a) da Informação n.º 225/2022 – NUREC (e-DOC BF74A549-e); b) das contrarrazões recursais encaminhadas pelo Conselho Comunitário da Asa Norte (e-DOC 38DEF125-e); c) da Informação n.º 239/2022 – NUREC (e-DOC 0BB41E08-e); d) do Parecer n.º 1162/2022 – G3P (e-DOC 76D269DD-e); e) dos Memoriais encaminhados pela PGDF e pela Semob/DF (e-DOCs C02425E9-c e A7D7449F-c, respectivamente); II – no mérito, **dar provimento ao Pedido de Reexame de e-DOC 3B2204F1-c**, interposto pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, por intermédio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, em face da Decisão n.º 3.600/2022; III – em razão do item anterior, **reformular o item II da Decisão n.º 3.600/2022, de modo a considerar improcedente “a representação apresentada pelo Conselho Comunitário da Asa Norte em face do Projeto de concessão denominado ‘Zona Verde’**,*

⁴ Peças 116/117.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

visando à concessão de estacionamentos públicos em áreas localizadas no Plano Piloto e nas imediações de estações do Metrô/DF”; IV – dar ciência desta decisão: a) à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF e ao procurador do Conselho Comunitário da Asa Norte; b) ao Núcleo de Recursos – Nurec/TCDF, como forma de viabilizar os correspondentes registros; V – **autorizar: a) apensação dos autos em exame ao Processo nº 00600-00003333/2020-74**, em atendimento à determinação constante da Decisão n.º 3.600/2022; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para adoção das demais providências cabíveis.”

Na sequência, o Processo n.º 00600-00005902/2021-05-e foi apensado ao presente feito.

Na Sessão Ordinária n.º 5.339, de 10.05.2023, o Relator do feito submeteu o processo ao descortino do Plenário. Por meio do **Voto** de e-DOC 1D6C6A39-e, o i. Conselheiro Manoel de Andrade, após contextualizar o presente feito, posicionou-se em harmonia com a Informação n.º 19/2022-DIGEM3, com o ajuste proposto pelo Diretor da 3ª Digem/TCDF quanto à necessidade de se garantir a inversão de fases da licitação, nestes termos:

*“O presente feito acompanha os procedimentos preparatórios com vista à **outorga de concessão** para a implantação, exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal (denominado Projeto Zona Verde).*

*Por meio da **Decisão nº 3473/21**, o Tribunal determinou que a Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal se manifestasse sobre as impropriedades indicadas na Informação nº 84/2021 – DIGEM3. Após a análise inicial da documentação enviada pela jurisdicionada, a Unidade Técnica solicitou esclarecimentos adicionais por meio da **Nota de Inspeção nº 01/2021-3333/2020**.*

*A análise empreendida pelo Corpo Técnico encontra-se consubstanciada na **Informação nº 18/2022-DIGEM3** (Peça 107), que considerou satisfatórios os esclarecimentos relativos à Decisão nº 3473/21. Contudo, houve divergência entre os integrantes da equipe de fiscalização em relação aos dispositivos de repartição de riscos previstos no Edital, em especial no seu novel Anexo VII.*

*Em consequência, um dos auditores elaborou a **Informação nº 19/2022-DIGEM3** (Peça 109), concluindo que o caso exige a reavaliação por parte da SEMOB quanto ao formato de cálculo das outorgas inicial e mensal previstas na última versão da documentação encaminhada ao Tribunal.*

***Em Cota Complementar** (Peça 110), o **Diretor da DIGEM3** defende que não foram constatadas falhas ou vícios que justifiquem a não aplicação do dispositivo de mitigação de riscos nos termos apresentados pela SEMOB, mas faz ajuste nas sugestões da Informação nº 18/2022-DIGEM3 para determinar à jurisdicionada que proceda à alteração da minuta do edital no sentido de assegurar a inversão de fases da licitação. Esse entendimento mereceu a aquiescência do titular da SEGEM.*

Quanto às impropriedades apontadas na Decisão nº 3473/21, a Unidade Técnica, nos termos da Informação nº 19/2022, demonstra



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

que as justificativas e/ou as medidas adotadas pela jurisdicionada se mostraram satisfatórias, com exceção da questão da inversão de fases do certame. Sendo assim, acolho integralmente os fundamentos constantes da citada Informação, adotando-os como razões de decidir.

Cumpre-me registrar que, embora a SEMOB tenha concordado em ajustar a fórmula da Função VPL do Excel na célula C42 da aba "Fluxo de Caixa" da planilha própria (PT – 18 – Modelagem Econômico-Financeira, aba Associado), verificou-se que a inconsistência permanece. Assim, cabe determinar à jurisdicionada que promova o devido ajuste.

No que diz respeito à inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, consoante permitido pelo art. 18-A⁵ da Lei nº 8987/95, a jurisdicionada defende que a complexidade da presente concessão impediria a adoção de tal medida. Afirma que a fase de qualificação anterior à apresentação das propostas traria segurança na escolha de um licitante capaz de executar adequadamente o projeto.

A Unidade Técnica sustenta que os argumentos da SEMOB não merecem prosperar, mas entende que o Tribunal possa, excepcionalmente, autorizar a continuidade do procedimento, uma vez que o assunto não foi questionado nas análises anteriores do projeto Zona Verde e considerando a sua importância para a mobilidade urbana do Distrito Federal. Adicionalmente, propõe recomendar à jurisdicionada que observe a inversão de fases nas futuras concessões.

De fato, a Instrução demonstra que na área federal a inversão de fases tem sido utilizada em concessões públicas de alta complexidade (vide exemplos nos §§ 88 e 89), revelando que a afirmação da jurisdicionada carece de plausibilidade.

Em que pese a redação do art. 18-A da Lei nº 8987/95 transmitir a ideia de que a inversão de fases seria, prima facie, uma faculdade da Administração, a doutrina e a jurisprudência vêm firmando entendimento no sentido de ser obrigatória a sua utilização, devendo o gestor apresentar fundamentada justificativa no caso de afastá-la. Nesse sentido, a Unidade Técnica colacionou o seguinte excerto do Acórdão nº 447/2009-Plenário do egrégio Tribunal de Contas da União:

Ante às inúmeras vantagens proporcionadas por esse rito especial, a inversão de fases torna-se impositiva, razão pela qual o gestor somente pode afastá-la mediante justificativa fundamentada que demonstra a inadequação desse rito ao caso concreto.

A Unidade Instrutiva consigna, ainda, que as licitações financiadas pelo Banco Mundial têm como regra a inversão de fases, destacando ainda as vantagens desse rito especial: garante maior agilidade do procedimento, aumenta a competitividade, diminui o conluio entre licitantes e diminui as demandas judiciais.

⁵ Art. 18-A. **O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento**, hipótese em que:

I - encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será aberto o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

II - verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor;

III - inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

Desse modo, considerando que o edital sequer foi publicado ainda, penso ser o caso de determinar à jurisdicionada que altere a minuta de edital de modo a contemplar a inversão de fases da licitação, consoante propõe o Diretor da DIGEM3 (lembrando que o Corpo Instrutivo sugeriu recomendar à SEMOB que adote o rito em questão apenas nas futuras concessões).

*O ponto de **divergência nos autos** refere-se ao novel dispositivo mitigador de repartição de risco na modelagem (**Anexo VII do Edital**), que permite a compensação/supressão de eventual subestimativa/superestimativa da receita arrecadada. Segundo tal mecanismo, haverá redução no pagamento da outorga mensal ao Poder Público em caso de frustração de receita, decorrente de taxas de respeito/ocupação inferiores às projetadas. Por outro lado, o cenário contrário resulta em aumento da participação pública na receita arrecadada, ou seja, no caso de maiores taxas de ocupação/respeito pelos usuários.*

Por meio da Informação nº 19/2022-DIGEM3 (Peça 109), um dos integrantes da equipe de auditoria sustenta que o dispositivo em questão reduziria a quase zero o risco da concessionária e iria de encontro às normas editalícias, vez que a variação da demanda por vagas constituiria risco exclusivo da concessionária, conforme Cláusula 28.3-iii⁶. No ponto, o auditor aduz o seguinte:

6. Entretanto, da análise empreendida exsurge que a função precípua do dispositivo em questão é reduzir a quase zero o risco da Concessionária, explica-se. A partir dos modelos e experiências trazidas nos estudos, a tendência é que o sistema Zona Verde opere com baixa demanda, abaixo de 30% de ocupação⁷. Tal se deve pela inclusão das vagas existentes nas áreas residenciais, mas que pouco contribuirão para a arrecadação tarifária (cada unidade habitacional terá direito a cadastrar até 3 veículos isentos de cobrança).

*7. Nesse cenário de baixa ocupação, o ganho da operadora estaria garantido, em detrimento da participação do Poder Público na receita arrecadada. Isso porque no patamar de 20% de ocupação das vagas, o pagamento de outorga ao Poder Público será **nulo** (cf. PT – 19 – Edital e Anexos – janeiro de 2022, p. 155). E, a depender da estrutura de custos da operadora, pode ser que com esse nível de ocupação continue obtendo lucros, em razão da “**apropriação**” do valor que deveria ser pago de outorga mínima, conforme previsão inicial da modelagem econômico-financeira formulada.*

*8. Tal situação diverge das normas contratuais, onde está prescrito que a variação da demanda por vagas constituiria risco **exclusivo** da Concessionária (cf. Cláusula 28.3-iii). No mínimo, as cláusulas deverão ser reescritas, posto que inexistirá risco exclusivo coexistindo com o Dispositivo em apreço.*

Em que pese os judiciosos argumentos do Diretor da DIGEM3 (Peça 110), ressalto que esse dispositivo de repartição de riscos não constava da versão anterior do edital analisada por esta Corte de Contas. Não se pode olvidar que estamos diante de um projeto que

⁶ **28.3. Riscos Assumidos pela CONCESSIONÁRIA.** São riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA, que não ensejam a revisão da presente CONCESSÃO:

(...)

(iii) a variação da demanda pelas vagas;

⁷ Isso na média geral, pois existirão setores com índice de ocupação muito superiores, a exemplo do Ipê Roxo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

impacta sobremaneira no cotidiano do cidadão brasileiro, motivo pelo qual entendo que as dúvidas suscitadas precisam ser discutidas à exaustão.

Nesse sentido, assiste razão ao signatário da Informação nº 19/2022- DIGEM3 (Peça 109) ao pontuar que o dispositivo em tela diverge das normas editalícias, vez que a Cláusula 28.3-iii da Minuta do Contrato (Anexo III) preconiza que a variação da demanda por vagas é um risco exclusivo da concessionária. Pertinente, pois, a ponderação do auditor no sentido de que “No mínimo, as cláusulas deverão ser reescritas, posto que inexistirá risco exclusivo coexistindo com o Dispositivo em apreço”.

Igualmente, as premissas trazidas pelo dispositivo de mitigação de riscos (Anexo VII) aludem que valores de outorga terão por base a receita líquida (alíneas “b” e “f”), ao passo que as disposições editalícias informam que a outorga será paga com base na receita bruta (v. g. Cláusula 3.1 do Edital). Considerando que a orientação deste Tribunal é no sentido de que a incidência do percentual de outorga seja sobre a receita bruta, e que a premissa do dispositivo em tela resultará em diminuição do valor nominal da outorga a ser paga (ao incidir sobre a receita líquida), penso ser o caso de a jurisdicionada apresentar os devidos esclarecimentos (vide § 12 da Informação nº 19/2022).

*Outra premissa do dispositivo em questão (alínea “d”) é de seguinte teor: “d. Percentuais de descontos e acréscimos calculados em relação à outorga mínima referencial da licitação (20%). A parcela da outorga mensal correspondente à diferença entre o valor ofertado e o **valor mínimo permanece como risco exclusivo da concessionária**.”. Contudo, nem o edital e nem o contrato trazem cláusula definindo outorga mínima a ser paga, o que necessita ser mais bem detalhado. Como pontuado pelo auditor, “No mínimo, haverá de ser definido no Edital e no Contrato que o vencedor deverá ser obrigado ao pagamento da diferença entre o percentual mínimo previsto e aquele que foi ofertado, se é isso que se pretende.” (vide §§ 14 e 15 da Informação nº 19/2022).*

O auditor considera injustificável o fato de que o dispositivo somente será aplicado a partir do 4º ano da concessão, o que, no seu entender, acaba restringindo a competitividade do certame, pois concorrentes com maior poderio financeiro estarão mais aptos a bancar o pagamento de outorga maior ao longo dos 3 primeiros anos, ainda que operando em prejuízo num cenário de baixa demanda (§ 17 da Informação nº 19/2022).

Não vislumbro que a questão antes narrada poderá, necessariamente, restringir a competitividade do certame. Entretanto, vejo como pertinente que a SEMOB traga maiores esclarecimentos sobre a aplicação do dispositivo em tela somente a partir do 4º ano da concessão.

Como alternativa ao dispositivo de mitigação de riscos (Anexo VII) previsto no edital, o auditor, tomando por base o edital do Zona Azul de São Paulo, propõe um modelo em que exista uma espécie de banda fixa, ou seja, a obrigatoriedade do pagamento de outorga mínima mensal, ainda que em menor valor. Ao detalhar melhor o modelo sugerido, pontua o seguinte (§§ 20 a 22 da Informação nº 19/2022):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

“20. Ao ensejo, importa trazer à colação exemplo do Edital do Zona Azul de São Paulo (cf. PT – 23 – Anexo V ao Edital da Concorrência Internacional nº 001/SMT/2019, p. 4 – doc. associado). Numa explicação simplória do modelo, vê-se que apresenta formato de cálculo da **outorga variável** mensal dividindo a **Receita Bruta** em duas bandas: uma **fixa** (arrecadação de até R\$ 150 milhões/ano); e outra **variável** (o excedente de R\$ 150 milhões/ano). Em relação à chamada banda fixa, incide percentual menor, de **6,5%**; e sobre o excedente arrecadado, um percentual maior, de **15%**.

21. Além desse mecanismo de bandas, o modelo da Capital de São Paulo previa o pagamento de uma parcela de outorga **fixa inicial** (R\$ 595,3 milhões iniciais); e outra parcela **fixa mensal** (mínimo de R\$ 1 milhão/mês)⁸.

22. Portanto, a maior crítica ao Dispositivo em referência, é que não prevê uma espécie de banda fixa para o valor da **outorga variável mensal**, ou seja, um percentual mínimo da receita bruta a ser pago mensalmente. Situação sem paralelo em relação a outros modelos que se teve conhecimento. Paradoxalmente, o critério de seleção previsto na minuta de Edital é o maior valor de outorga mensal ofertado. Diferente seria a utilização conjugada do Dispositivo em questão com o critério de **maior valor** da outorga **fixa inicial**⁹, deixando para o mercado precificar tais valores. Ademais, ainda tendo São Paulo como referência, o valor da outorga fixa inicial poderia ser parcelado, de modo a incentivar a competitividade do certame.

Conquanto entenda que não compete a esta Corte definir qual o melhor modelo de cobrança da outorga, entendo ser o caso de solicitar que a jurisdicionada se manifeste sobre a questão posta no § 22 acima transcrito (possibilidade de se fixar um percentual mínimo da receita bruta a ser pago mensalmente), considerando que: **a)** o processo já será baixado em diligência em face das outras questões anteriormente discutidas; **b)** o modelo original formulado pela Rizzo Parking (empresa autorizada no Procedimento de Manifestação de Interesse) previa esse mecanismo de “banda fixa”; **c)** o auditor ressalta que a ausência dessa “banda fixa” não encontra paralelo em relação a outros modelos que se teve conhecimento.

Em resumo, ao considerar cumprida a Decisão nº 3473/21, o meu voto converge com as manifestações uníssonas das cotas técnicas da SEGEM (Peças 107, 109 e 110). No tocante à inversão de fases da licitação, acompanho o encaminhamento sugerido no Despacho Complementar do Diretor da DIGEM3 (Peça 110, item “III-b” das sugestões), ao passo que acolho a proposição contida na Informação nº 19/2022- DIGEM3 (Peça 109, item V das sugestões) para que a SEMOB/DF se manifeste em relação aos apontamentos sobre o dispositivo de repartição de riscos previsto no Edital (Anexo VII).

Finalmente, apenas como forma de fomentar o debate e registrar minha cautela quanto ao tema, penso ser válida uma discussão mais ampla e profunda acerca do projeto propriamente

⁸ A licitação veio a apresentar ágio de 317%, sendo que a vencedora ganhou com a outorga fixa inicial de R\$ 624,6 milhões e outorga mensal (fixa) de R\$ 4,2 milhões, além da outorga variável mensal, nos percentuais de 6,5% e de 15%, considerado o mecanismo de bandas – receita de até R\$ 150 milhões e parcela acima desse valor, nessa ordem (cf. disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/noticias/?p=297689> – consulta realizada em 07.03.2022).

⁹ Note-se que o valor da outorga fixa inicial apresenta-se relativamente baixo, se comparado a outros projetos da espécie (R\$ 69,7 milhões, segundo a última versão do Edital – cf. PT 19, p. 6).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

dito, buscando-se o salutar equilíbrio entre a discricionariedade do gestor e a manifestação oriunda da população diretamente atingida pela pretensa concessão.

Conforme conhecido pelo Tribunal, o Conselho Comunitário da Asa Norte, no bojo do processo nº 00600-00005902/2021-05, externa interesse contrário à concepção do projeto, levantando razoáveis preocupações quanto ao impacto na qualidade de vida das pessoas residentes nas áreas do Plano Piloto.

Além da carência e deficiência do transporte público coletivo há muito conhecida no âmbito do Distrito Federal, é inegável que a privatização de estacionamentos públicos, não pode fundamentar-se apenas na ineficiência do Estado com seu dever de fiscalização e a cobrança de multas. Tal atitude seria salvaguarda para a ineficiência estatal.

Há que se vislumbrar maior benefício, notadamente em razão da função social da propriedade, do que a aventada concessão ao particular de uma atividade para tão somente pretender resolver um problema que requer atuação fiscalizatória mais contundente por parte do Estado.

*Feitas tais considerações e ante o exposto, **VOTO** por que este egrégio Plenário:*

I – tome conhecimento:

- a) dos Ofícios de nºs 2603/2021 e 185/2022 – SEMOB/GAB (Peça 51, p. 1711; e Peça 105, nessa ordem);*
- b) dos Relatórios SEI-GDF nº 3, 4 e 5/2021 - SEMOB/GAB/CTZV (Peças 88, 96 e 101, nessa ordem), bem assim do Relatório SEI- GDF nº 1/2022 - SEMOB/GAB/CTZV (Peça 106);*
- c) das Informações nº 18 e 19/2022 – DIGEM3 (Peças 107 e 109, respectivamente) e do Despacho Complementar do Diretor da DIGEM3 (Peça 110);*

II – considere satisfatórios os esclarecimentos prestados em atenção ao item “III-a” da Decisão nº 3473/21, relativos aos apontamentos contidos na Informação nº 84/2021 – DIGEM3;

III – determine à Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB/DF que, previamente ao lançamento do edital da concessão em tela:

- a) ultime a edição do decreto regulamentar dos serviços de estacionamento público rotativo pago no Distrito Federal, de modo a possibilitar a publicação do edital de referência, a teor do item II da Decisão nº 3473/21;*
- b) adote no edital a ser publicado, como regra, a previsão legal para inversão das fases de habilitação e julgamento, nos termos previstos no art. 18-A da Lei nº 8.987/95;*
- c) corrija a fórmula referente à apuração do Valor Presente Líquido (VPL) na aba “Fluxo de Caixa” da Planilha de Modelagem Econômico-Financeira, com a sintaxe “=VPL(C43;E37:X37)+D37”, assegurando que o VPL seja igual a 0 (zero), conforme parágrafos 99/100 da Informação nº 18/2022 – DIGEM3;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

- d) *apresente os esclarecimentos que entender pertinentes sobre as questões levantadas na Informação nº 19/2022 – DIGEM3, mormente seus parágrafos 12, 14, 15, 17 e 22, acerca das novidades trazidas pelo Anexo VII da minuta de edital do projeto Zona Verde;*

IV – autorize:

- a) *a ciência desta decisão, das Informações nºs 18/2022 e 19/2022- DIGEM3, do Despacho Complementar (Peça 110) e do Relatório/Voto à SEMOB;*
 b) *o retorno dos autos à SEGEM para os devidos fins.*

” (destaques do original)

Naquela oportunidade, pedi vista dos autos, para melhor compreensão da matéria, conforme disposto na **Decisão n.º 1.931/2023** (e-DOC 36D25FCB-e).

Feita essa breve contextualização, destaco que a presente fase processual versa sobre o **exame da documentação encaminhada pela Semob/DF**, em atenção à Decisão n.º 3.473/2021 e à Nota de Inspeção n.º 01/2021.

Conforme relatado anteriormente, o n. Relator do feito, Conselheiro Manoel de Andrade, tendo por base as considerações trazidas pelo corpo instrutivo, entende que ainda persistem questões que devem ser saneadas “previamente ao lançamento do edital da concessão em tela”, a saber:

- “a) *ultimar a edição do decreto regulamentar dos serviços de estacionamento público rotativo pago no Distrito Federal, de modo a possibilitar a publicação do edital de referência, a teor do item II da Decisão nº 3473/21;*
 b) *adotar no edital a ser publicado, como regra, a previsão legal para inversão das fases de habilitação e julgamento, nos termos previstos no art. 18-A da Lei nº 8.987/95;*
 c) *corrija a fórmula referente à apuração do Valor Presente Líquido (VPL) na aba “Fluxo de Caixa” da Planilha de Modelagem Econômico-Financeira, com a sintaxe “=VPL(C43;E37:X37)+D37”, assegurando que o VPL seja igual a 0 (zero), conforme parágrafos 99/100 da Informação nº 18/2022 – DIGEM3;*
 c) *apresentar os esclarecimentos que entender pertinentes sobre as questões levantadas na Informação nº 19/2022 – DIGEM3, mormente seus parágrafos 12, 14, 15, 17 e 22, acerca das novidades trazidas pelo Anexo VII da minuta de edital do projeto Zona Verde;”*

Ao compulsar os autos, verifico que existem **dois requerimentos** que foram juntados ao presente feito, mas que restam pendentes de análise pelo Relator, seja mediante despacho singular ou por meio do voto ora em debate.

O **primeiro** trata do peticionamento protocolado, no dia 22.03.2022, pelo Conselho Comunitário da Asa Norte (**e-DOC D63475AC-c**, peça 112), requerendo sua *“habilitação para sustentação oral na sessão de julgamento da representação promovida em face da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal”*. Saliento que apenas o pedido de *“cópia integral do processo 3333/2020-e”* foi analisado pelo n. Relator, tendo sido deferido o pleito mediante o Despacho Singular n.º 113/2022 – GCMA (e-DOC 70419772-e), de 13.04.2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

O **segundo** versa sobre o peticionamento formulado, em 10.03.2023, pelo Sindicato dos Servidores das Carreiras que Compõem os Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito do Distrito Federal – Sindetran/DF, constante dos **e-DOCs 9223C600-e e F661EC76-e** (peças 124/125, respectivamente), com os seguintes pleitos:

- “a) Que seja recebida a presente **habilitação**, na forma do art. 119, § 1º da Resolução nº 296/2016;
- b) Que seja facultado a parte postulante, nos termos do § 4º, do art. 119, da Resolução nº 296/2016, a **apresentação de documentos e se o caso o aditamento de suas razões**;
- c) Que seja **fornecida/disponibilizada a cópia integral do processo** 00600-00005902/2021-05-e a parte interessada, nos termos do art. 129, art. 131, da Resolução nº 296/2016;
- d) Que as intimações e publicações sejam feitas, consoante o disposto no art. 118, § 4º, da Resolução nº 296/2016, em nome do Dr. **ULISSES RIEDEL DE RESENDE**, inscrito nos quadros da OAB/DF sob o nº 968.” (negritei)

Diante dos pedidos apresentados pelo Conselho Comunitário da Asa Norte e pelo Sindetran/DF de habilitação nos autos como “interessados”, entendo que o Relator deve deliberar acerca da questão, nos termos¹⁰ do art. 119, “*caput*”, do RI/TCDF, **preliminarmente** ao exame da documentação encaminhada pela Semob/DF em face da Decisão n.º 3.473/2021 e da Nota de Inspeção n.º 01/2021, sob pena de posterior nulidade processual.

Inclusive, no caso de os requerentes serem habilitados como “interessados”, cabe decidir sobre o pleito de realização de sustentação oral feito pelo Conselho Comunitário da Asa Norte e acerca dos pedidos de apresentação de novos documentos/manifestação escrita, bem como de obtenção de cópia integral do processo, formulados pelo Sindicato.

Superada essa questão processual **preliminar**, registro que a Lei Complementar Distrital n.º 692/2004¹¹, que “*dispõe sobre a exploração do serviço público de estacionamento de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal*”, foi recentemente regulamentada pelo **Decreto Distrital n.º 43.961/2022**¹² (publicado no DODF de 22.11.2022¹³), que trata “*da Concessão Onerosa do Serviço Público de Exploração de Estacionamento Rotativo em vias e logradouros públicos do Distrito Federal*”.

Considerando a relevância da matéria, mas **antes de emitir qualquer juízo de mérito** acerca da outorga pretendida pela Semob/DF relativa à “*implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal*”, proponho ao Relator verificar os impactos advindos da aludida norma na presente concessão comum, bem como se a referida norma regulamenta, em sua totalidade, a matéria prevista da Lei Complementar

¹⁰ Art. 119. A habilitação de interessado em processo será efetivada mediante o deferimento, **pelo relator**, de pedido de ingresso formulado por escrito e devidamente fundamentado.

¹¹ https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/52519/Lei_Complementar_692_16_01_2004.html

¹² https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/977ae733cd674d40aa2a443724fb6e30/Decreto_43961_21_11_2022.html

¹³ https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2022|11_Novembro|DODF%20217%2022-11-2022|&arquivo=DODF%20217%2022-11-2022%20INTEGRA.pdf



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003333/2020e

Distrital n.º 692/2004 ou se há necessidade de edição de norma complementar como condicionante para publicação do edital de referência.

Diante do exposto, preliminarmente ao exame da matéria, alerto o n. Relator quanto à:

- I. necessidade de deliberar acerca do peticionamento:
 - a) protocolado, no dia 22.03.2022, pelo Conselho Comunitário da Asa Norte (e-DOC D63475AC-c, peça 112), requerendo sua *“habilitação para sustentação oral na sessão de julgamento da representação promovida em face da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal”*;
 - b) formulado, em 10.03.2023, pelo Sindicato dos Servidores das Carreiras que Compõem os Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito do Distrito Federal – Sindetrans/DF, por meio de representante legal, constante dos e-DOCs 9223C600-e e F661EC76-e (peças 124/125, respectivamente), com pedidos de *“habilitação, na forma do art. 119, § 1º da Resolução nº 296/2016”*, de *“apresentação de documentos e (...) aditamento de suas razões”*, *“nos termos do § 4º, do art. 119, da Resolução nº 296/2016”* e de *“cópia integral do processo 00600-00005902/2021-05-e”*;
- II. regulamentação da Lei Complementar Distrital n.º 692/2004, que *“dispõe sobre a exploração do serviço público de estacionamento de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal”*, pelo Decreto Distrital n.º 43.961/2022 (publicado no DODF de 22.11.2022), que trata *“da Concessão Onerosa do Serviço Público de Exploração de Estacionamento Rotativo em vias e logradouros públicos do Distrito Federal”*, podendo-se verificar os impactos advindos da aludida norma na presente concessão comum, bem como se o decreto regulamenta, em sua totalidade, a matéria prevista na Lei Complementar Distrital n.º 692/2004 ou se há necessidade de edição de norma complementar como condicionante para publicação do edital de referência.

Brasília (DF), 18 de maio de 2023

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator